

Os herdeiros: uma leitura do processo de distinção no campo universitário

Tiago Ribeiro Santos*

Elaine Aparecida Teixeira Pereira**

Resumo

O trabalho de formulação de esclarecimentos científicos que sejam capazes de compreender o passado e o presente, e que façam cintilar, ao menos o mínimo que possam, alguma imagem do futuro, parece sempre nos convidar a um retorno aos clássicos. O objetivo principal do artigo, por sua vez, compete à identificação da noção de *distinção* ao longo d'*Os Herdeiros* como elemento contributivo à problemática da desigualdade social; que aparecerá especialmente em *A distinção* de P. Bourdieu. O artigo procura indicar formas escolares de distinção autorizadas a se manifestarem segundo a estrutura do espaço universitário apresentado pela obra *Os Herdeiros*, ou seja, segundo o espaço de posições sociais que se relacionam objetivamente como, por exemplo, as posições de mestre e discípulo, que asseguram um tratamento à cultura considerado como legítimo.

Palavras-chave: Distinção; Campo universitário; Cultura escolar.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (UFSC/CNPq). E-mail: tiago.ribeiro@live.com

** Mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (UFSC/CNPq). E-mail: elaine.tp@gmail.com

A reading of the process of distinction in the field of the university in *the hiers*

Los herederos: una lectura del proceso de distinción en el campo universitario

Abstract

The formulation of scientific clarifications that are capable of understanding the past and present, and which scintillate some image of the future appear to invite us to return to the classics. The main objective of this article is identify the concept of *distinction* in the *The Hiers* as an element that contributes to the problematic of *social inequality*; which appears particularly in P. Bourdieu's concept of *distinction*. The article seeks to identify authorized forms of distinction in schools, which are manifest according to the structure of university space presented by the *The Hiers*. That is, distinction is presented according to the space of social positions that remain objectively related, as in the relationship between the master and the disciple, and that gain legitimacy from the forms of treatment that they confer to culture.

Keywords: Distinction; Field of the University; School Culture.

Resumen

El trabajo de formulación de esclarecimientos científicos que sean capaces de comprender el pasado y el presente, y que hagan centellear, al menos el mínimo que puedan, alguna imagen del futuro, parece siempre invitarnos a un retorno a los clásicos. El objetivo principal del artículo, por su vez, compete a la identificación de la noción de *distinción* a lo largo de *Los Herederos* como elemento contributivo a la problemática de la *desigualdad social*; que aparecerá especialmente en *La distinción* de P. Bourdieu. El artículo busca indicar formas escolares de distinción autorizadas a manifestaren según la estructura del espacio universitario presentado por la obra *Los Herederos*, o sea, según el espacio de posiciones sociales que se mantiene objetivamente relacionadas, como en la relación entre el maestro y el discípulo, y que extraen legitimidad por los modos de tratamiento que ellos confieren a la cultura.

Palabras claves: Distinción; Campo universitario; Cultura escolar.

Breves razões para ler um clássico como os *herdeiros*

O trabalho de formulação de esclarecimentos científicos que sejam capazes de compreender o passado e o presente, e que façam cintilar, ao menos o mínimo que possam, alguma imagem do futuro, parece sempre nos convidar a um retorno aos clássicos. *Os Herdeiros*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron – se podemos considerar uma obra clássica como considera Masson (1999) – possivelmente não figuraria como uma referência da sociologia francesa se não inspirasse continuamente às releituras e reinterpretações, oferecendo pistas que contribuam à explicação de problemas relativos a outros contextos. Os clássicos, afinal, parecem conservar geralmente algo de original e ainda fresco que resiste aos inflexíveis veredictos do mercado, do tempo, e também aos furores da crítica contemporânea ou posterior e especializada; ou, como escreve I. Calvino (1993, p. 12), em uma bela fórmula: são obras que provocam “incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente as repele para longe”.

Os clássicos, enfim, também souberem ser *ventilantes* e difundiram pelo ar ideias sem direção prevista pelos seus próprios criadores, ideias incorporadas tempos mais tarde às obras ulteriores ou àquelas gestadas em diferentes lugares: e que se mantiveram vivas à medida que habitaram o interior de outras. Se, em matéria de clássico, podemos reconhecer logo seu lugar na genealogia de outros clássicos (CALVINO, 1999): um livro como *Os Herdeiros* deve permitir que sejam identificados elementos de sua composição que estabeleçam relações com as obras seguintes – e aqui em especial à obra de Pierre Bourdieu que, como um caminho alternativo, seja capaz de nos levar às problemáticas e inquietações maiores que o moveram enquanto sociólogo profundamente atento à produção de desigualdades sociais em sociedades modernas.

O objetivo principal do artigo – segundo seus próprios limites – compete, assim, à identificação da noção de *distinção* ao longo d’*Os Herdeiros* como elemento contributivo à problemática da *desigualdade social*; e tão essencial à obra de Bourdieu. O artigo procura indicar formas escolares de

distinção autorizadas a se manifestarem segundo a estrutura do espaço universitário apresentado pela obra, ou seja, segundo o espaço de posições sociais que se mantêm objetivamente relacionadas, como na relação entre o mestre e o discípulo, e que extraem legitimidade pelos modos de tratamento que eles conferem à cultura.

Universidade e desigualdades sociais

Quando consideramos que a universidade favorece aqueles já favorecidos, podemos tomar ela mesma como uma coisa meramente abstrata se esquecemos, primeiramente, quais privilégios sociais são determinantes ao acesso à instituição. Os gráficos apresentados logo durante as primeiras páginas d’*Os Herdeiros* são claros ao informar que as oportunidades de acesso ao ensino superior variam especialmente segundo a origem social de diferentes tipos de estudantes. Os processos de seleção –silenciosos e não-escolares – aí referidos, entretanto, se convertem em taxas desiguais de acesso à escola e posteriormente à universidade. O acesso à universidade, assim, passa a ser mais resultado de privilégios sociais de nascença, de origem – e menos de resultados escolares – relativos às desigualdades expressas na própria estrutura da sociedade moderna; sociedade altamente diferenciada, de posições e profissões interdependentes umas das outras, entretanto, razoavelmente hierarquizadas.

Os processos de seleção estritamente escolares (os exames), embora sejam expressões da racionalidade e da igualdade formal e política, mantendo esquecidos todos os *handicaps* sociais, passam a contribuir com conivência à perpetuação de desigualdades nas sociedades modernas, e consideradas democráticas, à medida que se tornam os principais meios objetivos de eleger estudantes a acessar a universidade. Os estudantes eleitos antes se *tornaram elegíveis* de acordo com as condições sociais de favorecimento diferencialmente distribuídas entre os indivíduos de uma sociedade capitalista. O recrutamento, portanto, começa muito antes da escola. Os cursos de alto prestígio social, e em superioridade aos outros de baixo prestígio, com efeito, refletirão assim um *lugar escolar* em relação a um lugar social já ocupado, imprimindo ao sistema de ensino um aspecto contrário às expectativas de mobilidade social.

Bourdieu e Passeron, suspeitando sistematicamente do sentido democrático do sistema do ensino, ainda colocam desde cedo em evidência que existem modos legítimos de *estar* na universidade. Os sociólogos falam sobre modos de conduta – estilos de vida universitária – que tendem muito a garantir não apenas experiências felizes e encantadas de ser estudante. Os autores se referem aos modos de conduta que são identificados a grupos seletos da sociedade e que são também reconhecidos como legítimos pelos professores (intelectuais) já integrados à universidade. Quando, a partir da década de 1960, os estudantes de camadas populares começam timidamente a frequentar a universidade, os modos de condutas legítimos irão expressar mais objetivamente aquilo que ainda os mantém separado da própria universidade, tornando-a um lugar mais ou menos estranho e nunca imediatamente adaptável. O processo de democratização da cultura, que possa estar disposta ao maior número possível de indivíduos, uma vez delegado à escola como principal instituição tracionadora, encontra logo barreiras mais invisíveis, e por isso mais eficazes, enquanto as relações de proximidade e as regras do jogo universitário são monopolizadas por grupos específicos; grupos, portanto, de herdeiros – principalmente culturais.

Os estudantes já favorecidos, ou seja, nascidos em meios sociais econômica e culturalmente abastados, ou em uma capital em oposição às províncias, tendendo a ter aumentadas fortemente as suas chances de acesso à universidade, não seriam assim novamente favorecidos se não encontrassem na universidade semelhantes indivíduos, como em um corpo de professores, por exemplo, dispostos a reconhecer – e também desprezar – valores inerentes às condições de origem diferentes de estudantes. Os privilégios sociais podem então ser ostentados dentro da própria universidade, ou seja, acionados como *senso prático* do modo de ser estudante e professor: seja através da organização do tempo de estudo, seja através do consumo espontâneo da cultura artística de vanguarda, constituindo grupos de agentes mais ou menos homogêneos dispostos a se reconhecerem, e sustentarem afinidades, em virtude de suas particularidades. Quando, enfim, tratamos de privilégios sociais, vantagens, que condicionam marcas sutis de *distinção* – e condicionam, portanto, a *produção e a reprodução de necessidades culturais* que se

manifestam em diferentes condutas, estilos de vidas individuais e coletivos – convém percorrer e interrogar analiticamente espaços que rentabilizem tais condutas. Ou seja, espaços em que a desigualdade social se mantém latente e conservada; desigualdade que se tornou, pouco a pouco, uma preocupação essencial à obra de Bourdieu, sendo mais pontualmente expressa em *A distinção*, em 1979.

O quadro de universidade apresentada ao longo *d’Os Herdeiros*, como uma forma de segundo ninho em que indivíduos bem-nascidos novamente encontram acolchoado, se realmente oferece elementos que indicam condutas que garantem a distinção social enquanto forma de *distância* face ao público escolar desfavorecido emergente e fracionado na universidade, ao mesmo tempo, reúne *ações, formas de organização da vida de estudante e professor, que restituem a ideia de distinção como forma de conservação e garantia de posições, ao mesmo tempo, sociais e escolares. O conceito de campo – especialmente universitário – a seguir, procura auxiliar a demarcação de características sociais de um espaço cuja notada harmonia, ou grau acentuado de integração, torna menos evidente as contradições ou diferenças que poderiam supostamente comprometer o funcionamento do próprio campo.*

Campo Universitário e os Herdeiros

O campo universitário, como um microcosmo social relativamente autônomo, com leis e regras específicas, permanece ao mesmo tempo relacionado a um espaço social mais amplo. Em *Os Herdeiros*, podemos relacionar o campo universitário ao espaço das posições de classe delimitadas pela origem social dos estudantes. No interior do campo universitário, ocorrem lutas não necessariamente explícitas entre os agentes que integram o campo e que buscam manter ou transformar determinadas posições. Quando os agentes conquistam posições no campo – ao mesmo tempo – tendem a permanecer amparados pelos capitais¹ específicos que possuem e que são valorizados segundo as características do campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem o campo; e essas diferenças são responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam. O que produz a diferença, por sua vez, deve poder ser encontrado dentro do próprio campo; e o

universitário, circunscrito mais especificamente ao espaço d'Os Herdeiros, ao valorizar o diletantismo, expressa modos de conduta aceitos como legítimos; ou mesmo rentáveis à conservação da posição dos agentes.

Pensar a partir do conceito de campo é pensar de forma relacional, concebendo o objeto ou o fenômeno em constante relação e movimento. O campo – ainda que em *Os Herdeiros* pareça funcionar demasiadamente harmônico – também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Quando encontramos em *Os Herdeiros* um quadro de posições mais ou menos asseguradas, livres de transformações que possam colocar em descrédito o grupo de agentes integrados ao campo, podemos dizer que – como uma forma social de gravidade – as forças atuantes no campo se direcionam principalmente à conservação e à reprodução social, inibindo a produção de agentes dispostos a transformar as regras gerais do próprio campo. O campo universitário – importa destacar – é formado por agentes como professores, estudantes, instituições que *criam* espaços e os fazem existentes através de relações que aí se estabelecem. Por isso um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas posições.

No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem. Uma das atitudes possíveis caracteriza-se pela aceitação das normas, pela boa vontade em relação à cultura e às regras legitimadas; outra é a que Bourdieu denomina “herética”, qual seja a de contestação às regras e posições. Entre estas duas principais possibilidades, a aceitação às normas pode ser encontrada entre os estudantes-herdeiros sem, entretanto, considerarmos uma aceitação consciente e planejada à medida que podem *se sentir estando em casa* mesmo estando em outro lugar – a universidade.

O sociólogo francês Bernard Lahire (2002), a partir dos escritos de Bourdieu, faz uma extensa relação dos elementos fundamentais para definir o conceito de campo. Neste trabalho, ao discutir os “prolongamentos críticos” e a “herança científica” da obra de Bourdieu após sua morte, Lahire mostra-se contrário tanto à postura de idolatria ao autor e de aplicação contínua e quase dogmática de “sua teoria”, quanto à posição de tecer-lhe críticas e desqualificações não fundamentadas. Para Lahire, Bourdieu realmente estaria sendo inspiração para aqueles pesquisadores que ousassem continuar “imaginando e criando além do que o próprio sociólogo pensou e formulou, reencontrando assim a atitude que ele soube adotar enquanto inventava” (LAHIRE, 2002, p. 38). Essa atitude – a de inventar, de ir além – seria a mais fiel a Bourdieu, no dizer de Lahire, além de mais adequada ao ofício de cientista.

Praticando a postura de revisão crítica, Lahire considera que nem tudo pode ser incluído em um campo, quando diz que a “teoria dos campos constitui uma maneira de responder a uma série de problemas científicos”, mas que também “pode constituir um obstáculo ao conhecimento do mundo social” por ter caráter “regional” e não “geral” ou “universal” (LAHIRE, 2002, p. 51-52). Afirma que nem todos os espaços têm propriedades que os caracterizam como campos, citando o exemplo da família e das classes populares. Defende que é possível viver num universo sem estar nele por inteiro, sem entrar em concorrência: “de fato, pode-se participar de um universo como praticante amador [...], simples consumidor [...], ou ainda na qualidade de simples participante na organização material desse universo, sem participar diretamente do jogo que nele se joga” (LAHIRE, 2002, p. 49-50). É o caso, para Lahire, de todas as atividades das quais participamos de modo temporário que, em sua opinião, não podem ser consideradas “campos”. A teoria dos campos, portanto, poderia ser usada para “iluminar os grandes palcos”, mas não para olhar “os que montam esses palcos” (LAHIRE, 2002, p. 50), na medida em que não contempla os excluídos das atividades profissionais, ou os participantes de atividades profissionais que contam com pouco prestígio.

Nogueira e Nogueira (2009, p. 31) em parte seguem outra direção, já que se dedicam a sintetizar e contextuali-

zar as principais ideias de Bourdieu, e não a uma análise crítica de conceitos cunhados pelo autor. Para eles o conceito de campo deve ser utilizado quando nos referimos a “certos espaços de posições sociais” nos quais ocorre produção e consumo de bens. Situando historicamente o conceito, afirmam que:

[...] à medida que as sociedades se tornam maiores, e com uma divisão social do trabalho mais complexa, certos domínios de atividade se tornam relativamente autônomos. No interior desses setores ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizar os bens produzidos (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2009, p. 31).

Trazendo algumas características dos campos, Nogueira e Nogueira (2009) falam sobre as posições ocupadas pelos seus agentes: de um lado as posições dominantes, que podem ser relacionadas a estratégias conservadoras, e de outro as posições inferiores, responsáveis por estratégias que variam entre a conservação e a contestação. Referem-se também às disputas próprias dos campos, às lutas, às formas dominantes e dominadas da cultura. É assim que com relação ao consumo de bens culturais – livros, visitação ao teatro, cinema – os estudantes se diferenciam e podem ser expressar como mais ou menos herdeiros. À medida que a cultura ocupa um lugar central para a compreensão de desigualdades sociais na obra de P. Bourdieu, importa, antes, fazer um breve retorno a E. Durkheim e ao seu modelo de escola proposto para, enfim, colocar em evidência a “*inversão crítica*” (DUBET, MARTUCELLI, 1996) operada em *Os Herdeiros*.

Um retorno   herana de E. Durkheim

Os textos de E. Durkheim, sobretudo no tocante à educao, foram largamente incorporados ao *métier* de sociólogo de Bourdieu e Passeron. Apresentando um modelo normativo e descritivo de escola democrática e republicana às portas do século XX, E. Durkheim confiara   educao escolar a funo de promover a *integrao social*, produzindo laos entre os indivíduos que pudessem perdurar desde a tenra infância até os níveis mais altos da educao universitária. Os indiv du-

os, assim, manter-se-iam institucionalizados enquanto atuassem de acordo com regras mais ou menos previstas, constituindo um processo de socializao orquestrado pelos adultos-professores, compreendidos como verdadeiros mestres, sobre os mais jovens-alunos. Os indivíduos socializados pela escola – segundo seu pensamento – seriam também capazes de conquistar a autonomia   medida que, envolvidos pela cultura escolar, iriam adquirir aptidões que contribuiriam ao pleno desenvolvimento da sociedade. Os mestres, por sua vez, monopolizando os rudimentos da leitura e escrita, da história e da geografia nacional, da matemática etc, seriam igualmente os principais representantes e guardi es da cultura considerada universal e legítima; ou em outras palavras: ampliadores de horizontes segundo as possibilidades objetivas de cada sociedade.²

Os discípulos – neste sentido – ao cultivarem certa imagem futura sobre si mesmos, projetando sobre o mestre o ponto de chegada de um roteiro intelectual idealizado, inevitavelmente, provam os encantos da aparência sagrada do próprio mestre. O mestre, encarnando os valores da Razão com erre maiúsculo (e a harmonia mais ou menos relativa   própria ciência), sendo apresentado como principal referência estudantil, mant m-se comprometido em ser o representante principal e autorizado da cultura. De mais a mais, tudo se passa como se os estudantes – independentes de suas origens sociais – fossem capazes de ceder aos encantos da cultura escolar, elevando-se todos pela batuta do mestre conforme suas habilidades. Diferencialmente apresentadas entre os estudantes, as habilidades indicariam as posies sociais que poderiam ocupar na sociedade após o período escolar, contribuindo   produo de interdependências humanas.

O processo de educao escolar, assim, passa inevitavelmente pela batuta do mestre que representando também uma ideia de sociedade razoavelmente ordenada, empenha-se em elevar indivíduos às posies sociais objetivamente definidas. Sobre o mestre – escrevia Durkheim (1978, p. 55) – “*da mesma forma que o sacerdote é o intérprete do seu Deus, ele é o intérprete das grandes ideias morais de seu tempo e de sua terra*”. Os valores supostamente a serem admirados pelo estudante, uma vez

encontrados no mestre, tendem a assegurar a continuidade da própria vida institucional à medida que formam moedas de troca, de reconhecimentos entre si mesmos. Cabe ao mestre – é preciso lembrar – a tarefa nem sempre fácil de dominar técnicas de trabalho, habilidades oratórias, conservando assim a própria imagem encantada de sua figura. O que assim há em comum entre *Os Herdeiros* e a teoria sociológica da educação durkheimiana converge para as afinidades estabelecidas entre mestres e discípulos favorecida pelos cercos simbólicos da instituição escolar; e que se para E. Durkheim se deve ao valor irrecusável da cultura universal como fonte do avanço social e histórico; para Bourdieu e Passeron: deve-se ao reconhecimento de uma cultura particular – *de classe* – que, considerada universal, legitima desigualdades sociais.

Diletantismo e conservação da posição

O “pisar de olhos” de Bourdieu e Passeron, face à análise de diferentes grupos de estudantes, informa que aqueles mais estreitamente ligados às regras escolares, ou seja, mais inclinados a agir *pari passu* segundo os meios e os fins da racionalidade institucional, são igualmente os estudantes mais desfavorecidos socialmente. Os estudantes que se agarram aos supostos meios mais seguros para a ascensão escolar, imaginando fins concretos, possíveis, ao mesmo tempo esquecem – ou melhor: não podem lembrar porque sequer conhecem – do extenso universo cultural que ultrapassa os conteúdos previstos pelas ementas escolares. A música clássica moderna, a literatura contemporânea, o teatro de vanguarda... em suma: embora sejam elementos culturais que não compõem geralmente os conteúdos escolares, ao mesmo tempo, se mantêm todos dispostos à valorização conferida pelos professores. Os professores, não esqueçamos, sendo legítimos representantes da cultura *na* escola, *na* universidade, são também aqueles capazes de operar divisões entre a cultura demasiadamente escolar e a cultura singular e criativa, que exercem juízos autorizados; e por isso são ao mesmo tempo identificados, ao longo de *Os Herdeiros*, como intelectuais calibrados para reconhecer a cultura legítima. É, pois, como segue abaixo:

Os livreiros de pequenas cidades sabem bem que, antes de se abastecer de Marx mais do

que de Nietzsche, é preciso esperar que o novo professor de filosofia se defina. Este exerce na verdade um papel eminente nesta consagração escolar das novidades: quer se trate do curso sobre Heidegger, do lugar dedicado à Sartre ou à cibernética, à eutanásia ou à Mauriac, eles decretam (para seus quarenta alunos anuais) as necessidades culturais nobres e as que não o são. (BOURDIEU, PASSERON, 2014, p. 62)

A universidade, privilegiando a criatividade, isto é, privilegiando os estudantes capazes de criarem a si mesmos como criadores de cultura, coloca em cena um amplo espaço de possibilidade da distinção social. O criar-se como estudante, ou seja, não apenas estudando, mas sendo capaz de romper os ritmos temporais – como o tempo de estudo e de trabalho, dissolvendo-os – pressupõe a capacidade de certa indiferença sobre as divisões mais elementares da vida social ordinária. Os indivíduos singulares se tornam capazes de não apenas dissolver os regimes temporais, mas, também, de não se sentirem tensionados pela ausência de horários previamente estimulados, à medida que independem de rotinas que visam fins previstos. Os estudantes geralmente mais preocupados com o próprio futuro, assumindo com todos os seus esforços, para isso, meios supostamente seguros, são aqueles que mais tendem a se conformar às rotinas escolares; que, então, se agarram às regras institucionais enquanto suposta garantia de ascensão social.

Para os indivíduos originários das camadas menos favorecidas, a escola permanece a única via de acesso à cultura, e isso em todos os níveis do ensino; portanto, ela seria a via real de democratização da cultura se não consagrasse, ignorando-as, as desigualdades iniciais em relação à cultura e se não chegasse com frequência – reprovando por exemplo um trabalho escolar por ser muito “escolar” – a desvalorizar a cultura que ela mesma transmite em favor da cultura herdada que não leva a marca reles do esforço e tem, por isso, todas as aparências da facilidade e da graça. (BOURDIEU, PASSERON, 2014, p. 38)

Quando a escola participa assim do processo de desvalorização de uma cultura e – ao mesmo tempo – de valorização de outra, ela coloca igualmente em operação não apenas um processo interno de diferenciação social de

estudantes; mas de distinção social, enquanto configura certa distância entre os grupos. Os grupos de estudantes se distanciam ou se aproximam entre si segundo qualidades próprias que podem ser objetivamente identificadas pelas atividades escolares. Os estudantes herdeiros, em particular, estando dispostos a assumir a condição de estudante como uma condição de produção da cultura, contribuem ativamente ao progresso da cultura literária e científica. Eles, sendo menos dispostos, portanto, à passividade, ou à mera absorção de conteúdos derivados dos mestres, concorrem assim desigualmente – e por isso com vantagem – contra aqueles mais dispostos em acessar a cultura estritamente pelas vias escolares. Os herdeiros, afinal, não assumindo a condição *stritu senso* de estudantes – ou seja, não como alguém que estuda, mas, antes, como alguém que consome cultura – colocam em cena seus interesses supostamente espontâneos pelos estudos. É, pois, uma característica da distinção social: expressar certa forma de ser específica, ou mesmo rara e que encontra rentabilidade no jogo das relações, ampliando as chances de êxito escolares. O gosto pela cultura, excedendo aos programas escolares, aos conteúdos previstos em cartilhas, tão logo se impõe como forma de distinção.

Os estudantes mais favorecidos não devem somente ao seu meio de origem hábitos, treinamentos e atitudes aplicáveis diretamente às suas tarefas escolares; eles também herdam saberes em um saber-fazer, gostos e um “bom gosto” cuja rentabilidade escolar, por ser indireta, é ainda mais certa. [...] O privilégio cultural é evidente quando se trata da familiaridade com as obras que somente a frequência regular do teatro, do museu ou do concerto (frequência que não é organizada pela escola, ou somente de maneira esporádica) pode oferecer. (BOURDIEU, PASSERON, 2014, p. 34)

A necessidade em definir uma profissão futura, sendo diferencialmente experimentado pelos estudantes segundo seus meios de origem, participa do processo de distinção. Os estudantes, novamente, mais conformados às rotinas escolares, atribuindo valores demasiadamente utilitários à cultura – porque confiam no valor da cultura que também pertence àqueles que estão à sua frente – depositam sobre a própria universidade suas chances

de ascensão social. Assim, a universidade se impõe para estes como uma passagem obrigatória ao sucesso profissional. Os jogos sociais, por isso, são levados realmente *à sério* – e a própria *seriedade em se aplicar*, por exemplo, *as palavras rigorosamente conforme a gramática ou os modelos supostamente inquestionáveis* dos dicionários (fazendo sempre esquecer a luta estabelecida entre dicionaristas), pode com efeito produzir indelicadezas, denunciando a própria ausência de *trato* mais fino à cultura. O que neste caso exemplar fazem é reivindicar a cultura legítima, entretanto, colocando em suspenso outros valores próprios às posições ainda mais altas como a *finesse* e certa despreocupação com a ideia de desvio, ou erro; e ao mesmo tempo, colocando em cena certa ignorância sobre as flexibilidades da linguagem. Ou, ainda, menos propensos a exercerem a linguagem com criatividade: porque não podem se sentir autorizados a extrapolar o sistema de códigos legítimos (a língua) onde percebem, antes, uma relação de dependência.

Forçados a um projeto profissional mais realista, os estudantes originários de classes baixas nunca podem abandonar-se completamente ao diletantismo ou prender-se aos prestígios ocasionais de estudos que, para eles, permanecem antes de tudo uma oportunidade, que deve ser apreendida, de se elevar na hierarquia social. (BOURDIEU, PASSERON, 2014, p. 85)

O processo de distinção se elabora todo outro à medida que certa independência pode ser ostentada em relação às rotinas escolares. Quando analisam diferentes formas de uso do tempo, Bourdieu e Passeron destacam que, se para alguns estudantes a organização da experiência escolar se apresenta como um problema, ou até mesmo como uma tensão: é porque a vida universitária inspira a dissolução das fronteiras entre estudo e trabalho. Deste modo, as próprias rotinas – agendas de estudos, leitura etc. – não se impõem como algo estabelecido, mas, antes, como algo individualmente disposto à construção e articulação de acordo com as ocupações de cada estudante. Os estudantes ideais, por sua vez, são aqueles capazes de aproveitar o tempo sem, entretanto, dependerem *stricto senso* de agendas: porque liberados a estudar quando sob efeito da “inspiração” ou do “clima do momento” (ambos componentes das

supertições da tradição universitária). Se os ritmos de trabalho cronometrados, como marcas de regimes racionalizados de ação, trazem consigo a suposta garantia da produção de resultados, é, pois, contando com o uso racionalizado do tempo, que os estudantes menos favorecidos têm a impressão de que poderão chegar a algum lugar diferente da condição presente. Estes estudantes são aqueles que sentem que ainda *irão chegar* – como a uma paisagem que faz valer o sacrifício da viagem – enquanto que aqueles menos preocupados com o tempo: *já chegaram*, e este lugar é exatamente na universidade onde estão.

Considerações

Os Herdeiros, sensível à heterogeneidade do público estudantil, não sem razão informa em seu subtítulo “os estudantes e a cultura”, confrontando as diversas origens estudantis à universidade da “cultura”, no singular. Quando, às primeiras páginas, são apresentados gráficos relativos à condição socioprofissional dos pais dos estudantes – assalariados agrícolas, profissionais liberais, operários etc. – observamos, ao mesmo tempo, os diferentes grupos que compõem a realidade social analisada ao longo da obra. Os estudantes, de acordo com suas origens, são antes de tudo plurais que, entretanto, se encontram num espaço profundamente singular: a universidade, instituição responsável pela conservação de saberes considerados de extrema importância à humanidade; que também salvaguarda conquistas históricas e coletivas; e cujos professores são seus principais representantes. Os estudantes são plurais porque derivam de grupos diferentes da sociedade. Ou se quisermos nos deter em termos de E. Durkheim – uma herança sociológica de Bourdieu e Passeron *já lembrada* – trata-se de grupos que expressam a própria diferenciação social que marca as sociedades modernas e que, por sua vez, nos remete novamente às diferentes categorias socioprofissionais. Os distintos sendo, antes de tudo, indivíduos singulares, ou seja, mais ou menos distanciados da vulgaridade dos costumes e das exigências, que constroem a si mesmos segundo normas delicadas e não explícitas, requerem por sua vez certo reconhecimento institucional; e aí estão mais próximos

da homogeneidade da universidade sem, entretanto, serem absorvidos completamente por ela.

Compreender o campo universitário como espaço onde se desdobram *jogos* de poder, permite que coloquemos em suspeita – interrogando sistematicamente – uma arte sutil supostamente comum aos palcos universitários à época: a conservação de posições sociais decorrentes de afinidades culturais estabelecidas entre professores e estudantes. Ou ainda em outros termos: a relação de proximidade simbólica entre a intelectualidade que se concentra na universidade e os estudantes oriundos de elites culturais que representam frações do público estudantil. O jogo universitário, embora compreenda um espaço onde a *regra* expressa a igualdade formal entre os agentes, permanece composto pelas inapreensíveis margens de liberdades que são desigualmente distribuídas entre os mesmos agentes que podem, assim, manifestar diferentes estratégias escolares. Os bons jogadores, afinal, são também estrategistas – e melhores ainda à medida que o senso de jogo permanece incorporado como uma disposição duradoura, orientando condutas sem que seja necessário apelar aos cálculos *realmente* estratégicos, racionais, como quem procura controlar meios e fins.

Os bons jogadores, em certa medida, podem ser também identificados aos herdeiros. Ou seja, aqueles que, ao ingressarem na universidade, não procuram ajustar imediatamente suas condutas às regras explícitas; e por isso não agem de maneira estrita e vulgarmente escolar. Os Herdeiros cultivam valores e modos de condutas produzidos no meio familiar – lugar este de formação de *estilos de vida* que quando aplicados a outros espaços, como o universitário, podem se apresentar marcados pela *distinção*. Entre outros trunfos de Bourdieu e Passeron em *Os Herdeiros*, está a crítica à racionalidade da instituição que, enquanto suposta expressão da igualdade, serve como algo, suavemente, recusado pelos grupos de elite cultural. Neste sentido, embora a instituição pareça estar a serviço dos desfavorecidos – oferecendo uma cultura universal a todos – as hierarquias escolares e sociais permanecem organizadas segundo os tratos que os diferentes indivíduos conferem à cultura.

Notas

1 Indo além de uma abordagem pautada especificamente no aspecto econômico, Bourdieu cunhou os conceitos de capital cultural e capital social. Para maiores detalhes, consultar os textos “Os três estados do capital cultural” e “O capital social – notas provisórias”, na obra “Escritos de Educação” (BOURDIEU, 2010).

2 O livro *A educação moral* oferece as principais referências de uma escola supostamente capaz de estabelecer a integração social através de valores morais e intelectuais igualmente distribuídos entre os indivíduos em fase escolar. Os indivíduos, quanto mais escolarizados, quanto mais identificados ao poder redentor da escola, seriam também mais livres: porque exerceriam a liberdade de julgamento validada pela razão científica; e seriam também mais modernos: porque libertos, pelo intelecto, da tradição religiosa como narrativa dominante do mundo e tolerante à inércia das hierarquias aristocráticas, logo, injustificadas. O mundo – ou o nosso país – assim se compreenderia como resultado da liberdade (com autonomia) que expressaria também o progresso segundo uma marcha organizada de seleção e produção de indivíduos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. **A l'école**: sociologie de l'expérience scolaire. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

DURKHEIM, Émile. **L'éducation morale**. Paris : Éditions Fabert, 2005.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, ano XXIII, n. 78, abr. 2002, p. 37-55.

MASSON, Philippe. **La fabrication des Héritiers**. In: Revue française de sociologie. 2001, 42-3. p. 477-507.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & A Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Recebido em 22 de novembro de 2014.

Aceito em 20 de janeiro de 2015.